



4689 - Pôster - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT11 - Política de Educação Superior

MUDANÇAS NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PERÍODO PÓS-IMPEACHMENT DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2016-2018)

Camila Yuri Santana Ikuta - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MUDANÇAS NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PERÍODO PÓS-IMPEACHMENT DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2016-2018)

O trabalho faz parte de pesquisa em andamento, cujo objetivo geral é analisar as mudanças ocorridas nas políticas de educação superior no período pós-*impeachment* de Dilma Rousseff (2016-2018). As justificativas estão calcadas na necessidade de analisar tal momento de ruptura e instabilidade política e institucional, que evidenciou transformações econômicas e sociais no papel do Estado, mediante adoção de políticas de ajuste fiscal e aumento de parcerias público-privadas. A metodologia envolveu pesquisa qualitativa e documental (análise de legislações). O levantamento preliminar de algumas dessas mudanças, ocorridas entre 2016 e 2017, indica alterações nas regras do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), na flexibilização para o oferecimento de cursos a distância (EaD), criação de novos instrumentos e indicadores no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), entre outras. Merece destaque, também, o contingenciamento do orçamento público geral - que engloba as verbas destinadas para a educação no país e, por consequência, afeta direta e indiretamente os rumos da educação superior.

Palavras-chave: Educação Superior. Políticas Educacionais. *Impeachment*.

Introdução

Este trabalho, que faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, traz um levantamento preliminar sobre mudanças instituídas nas políticas de educação superior no período pós-*impeachment* da presidente Dilma Rousseff - cujo segundo mandato, iniciado em 2015, foi cassado em agosto de 2016. A pesquisa parte da necessidade de analisar o momento de ruptura e instabilidade institucional, tendo em vista que tal processo com vias de cassação do mandato presidencial não ocorria no país desde 1992. Para além da turbulência política, a situação trouxe um contexto de transformações do papel do Estado, em especial por algumas políticas instituídas após este período.

Cenário político-econômico: Governos Dilma I e II, processo de *impeachment* e Governo Temer (2016-2018)

O Governo Dilma Rousseff iniciou em 2011, marcando um recrudescimento das tensões econômicas e políticas, além do esgotamento do modelo anterior de crescimento baseado no mercado interno. A desaceleração do crescimento, também por conta dos desdobramentos - ainda sentidos - da crise financeira internacional de 2008, resultaram em um período de aperto monetário e da adoção de políticas visando o equilíbrio orçamentário e contração de gastos públicos, ao passo que se tentava estimular o setor privado, via desonerações fiscais. Tais políticas foram consideradas equivocadas na tentativa de saída da crise (BARBOSA, 2013). Em 2015, já no segundo Governo Dilma, essas medidas contribuíram para o significativo aprofundamento da crise econômica, implicando em recessão, queda nos investimentos, aumento do desemprego, queda da renda real e da acumulação de capital.

Com isso, foi sendo gerado um aumento dos conflitos distributivos, bem como dificuldades na gestão em controlar essa situação (SINGER, 2015). Segmentos dominantes do país (blocos de poder, grande mídia, parte dos políticos e da burocracia) começaram a apoiar um processo de *impeachment* contra a presidente, sobretudo a partir do final do ano de 2015, baseado em acusações de cometimento de crimes associados a operações orçamentárias não previstas e não autorizadas em legislação (PINTO et al., 2017).

A cassação do mandato foi efetivada em agosto de 2016. Michel Temer, presidente interino, se tornou efetivo no mesmo ano, em meio a um cenário de forte instabilidade política e institucional. Na busca de um Estado mais "eficaz", foram adotadas novas medidas de contenção dos gastos públicos e retração dos investimentos. A medida que mais evidencia esse contingenciamento é a Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu um teto vinculado à inflação para o crescimento de despesas públicas não-financeiras por vinte anos. A alteração constitucional afeta(rá) gravemente as políticas públicas, inclusive as educacionais, pela desvinculação constitucional da destinação de recursos para a área.

Contexto da educação superior brasileira pós anos 2000: expansão e financeirização

Alguns dos acontecimentos marcantes para a educação superior no período foram a retomada de investimentos no segmento público federal, mediante a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); a instituição de políticas

com o objetivo de expansão do acesso no setor privado, como o Programa Universidade para Todos (ProUni), que visa a concessão de bolsas de estudo, e a ampliação do crédito estudantil, por meio da reformulação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies); a expansão da modalidade de educação a distância; a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), entre outros.

No mesmo período, as IES privadas passaram por um processo de fortalecimento e consolidação, beneficiadas pelas políticas governamentais de crédito e renúncia fiscal. Ocorreram movimentos de concentração institucional, fusões, aquisições, criação de grupos universitários e entrada de grupos estrangeiros no país, principalmente a partir da primeira metade da década de 2000. A financerização do setor é o traço mais marcante, mediante abertura de capital e atuação na Bolsa de Valores por parte de alguns grupos educacionais (CARVALHO, 2013; SGUISSARDI, 2014). O cenário evidencia que “as estratégias do movimento de expansão do mercado educacional ancoram-se, em última instância, nos processos de mundialização do capital, com predominância financeira [...]” (SGUISSARDI, 2014, p.112).

Mudanças instituídas nas políticas de Educação Superior no período pós-*impeachment* (2016-2017)

Foi realizado um levantamento preliminar de algumas das principais mudanças nas políticas de educação superior (sejam elas instituições, modificações ou destituições), ocorridas entre o segundo semestre de 2016 até o final de 2017. A metodologia de investigação envolveu pesquisa qualitativa e documental de legislações. O resultado está exposto no Quadro 1, seguido de análise preliminar com apontamento dos próximos passos da pesquisa.

Quadro 1. Mudanças na legislação referente às políticas de Educação Superior instituídas no país no período 2016-2017.

Mês/Ano	Documento/Legislação	Descrição resumida
10/2016	Portaria Normativa MEC nº 20/2016	Disposição sobre o procedimento de redução de vagas em cursos de graduação ofertados por IES do Sistema Federal de Ensino.
01/2017	Portaria Normativa MEC nº2	Alteração de regras do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que dá maior autonomia para IES na seleção
05/2017	Decreto nº 9.057/2017 Portaria Normativa nº 11/2017	Flexibilização nas regras para o oferecimento e regulação da Educação a Distância (EaD) de nível superior
08/2017	Portaria Normativa MEC nº 15/2017	Regulamenta a certificação de entidades beneficentes de assistência social (Cebas) para a concessão de bolsas na educação básica ou superior
09/2017	Decreto s/n, de 19/09/2017	Criação do Comitê Gestor do FIES (CG-Fies), com objetivo de discutir a oferta e supervisionar a execução de operações.
10/2017	Resolução CES-CNE 5/2017	Alteração de normas para credenciamento de universidades. Altera a Resolução CES-CNE 03/2010.
10/2017	Portaria Interministerial nº 5/2017	Expansão do Programa Instituição Amiga do Empreendedor (IAE), de parcerias público-privadas.
10/2017	Lei nº 13.490/2017	Alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) sobre as regras de doações às universidades.
11/2017	Portarias MEC nº 1382, nº 1383/2017 Instrução Normativa nº 1/2017 Nota Técnica nº 13/2017 - CGARCES/ DIREG/SERES Nota Técnica nº 16/2017 - CGACGIES/ DAES	Criação de novos instrumentos e indicadores de avaliação institucional externa, presencial e a distância, e de cursos de graduação, presencial e a distância
12/2017	Lei nº 13.530/2017 Portaria nº 25 do MEC/FNDE	Reformulação do FIES, criando novas faixas e condições, além da diversificação de recursos que compõem seu financiamento
12/2017	Decreto nº 9.235/2017 Portarias Normativas nºs 20, 21, 22, 23 e 24 de 2017	Modificações no processo de supervisão, avaliação e regulação da educação superior

Elaboração própria.

Fontes: Diário Oficial da União, Jornal da Ciência, Clipping Educacional, Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior de São Paulo (SEMESP), Valor Econômico.

Nota: o levantamento não reflete todas as mudanças ocorridas no período, e sim, uma seleção preliminar a partir das fontes mencionadas.

Algumas das medidas elencadas englobam diretamente a educação superior: alterações nas regras do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e criação de um Comitê Gestor do Fies (CG-Fies), em setembro e dezembro de 2017, com vistas à sustentação financeira do programa. Em maio de 2017, o Decreto nº 9.057 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/1996) com relação ao oferecimento de Educação a Distância (EaD), flexibilizando as regras de oferecimento no nível superior, e regulamentando a oferta na educação básica. Em novembro e dezembro de 2017 ocorreram mudanças no SINAES, com a criação de novos instrumentos e indicadores de avaliação e mudanças nos processos de supervisão, avaliação e regulação.

Considerando como referência inicial as diretrizes para políticas públicas de Educação Superior contidas no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, há três metas específicas (12, 13 e 14), que indicam: a necessidade de elevação

das matrículas (parte delas no setor público); a melhoria da qualidade da educação e da titulação do corpo docente; e aumento de formados na pós-graduação.

A flexibilização para oferecimento da EaD, e manutenção das políticas de crédito estudantil, sinalizam na direção da necessidade de expansão de matrículas. Já as mudanças no sistema de avaliação da educação superior poderão impactar mais significativamente as metas e estratégias que versam sobre a necessidade de elevação da qualidade na educação superior.

Fica o questionamento, entretanto, sobre como se dará o processo de continuidade da expansão do acesso - bem como melhora da qualidade -, uma vez que está dado um processo de ajuste fiscal. A Emenda Constitucional nº 95/2016 certamente impactará na redução orçamentária para as políticas públicas educacionais. O quadro é especialmente importante para a educação superior, já que historicamente as políticas foram voltadas para o setor privado.

Os próximos passos da pesquisa terão o objetivo de identificar quais medidas constituem transformações estruturais, e o que representam em meio ao processo de financeirização do setor, fenômeno conectado com o macro cenário político e econômico do país.

Referências

BARBOSA, N. Dez anos de política econômica. In: SADER, E. (org). **Lula e Dilma: 10 anos de Governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

CARVALHO, C. H. A. de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 54, p. 761-801, jul-set. 2013.

PINTO, E. C.; PINTO, J. P. G.; SALUDJIAN, A.; NOGUEIRA, I.; BALANCO, P.; SCHONERWALD, C.; BARUCO, G. **A Guerra de Todos contra Todos: a crise brasileira**. Texto para Discussão 006/2017, I.E., UFRJ, 2017.

SGUISSARDI, V. **Estudo diagnóstico da política de expansão da (e acesso à) educação superior no Brasil - 2002-2012**. Brasília: Edital n. 051/2014 - SESU; Projeto OEI/BRA/10/002, 2014.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas – o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos**, CEBRAP, n. 102, jul. 2015, p. 39-67.